

Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos

Maria da Glória Gohn¹

Resumo: A partir de um referencial da crítica feminista, dos estudos pós-coloniais, da pedagogia freireana e dos fundamentos da investigação da ação participativa, apresenta-se a reflexão sobre a produção e transmissão de conhecimento fora dos contextos institucionais de educação. A educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. Articulada com a educação cidadã, a educação não-formal volta-se para a formação de cidadãos(as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s). Neste texto revêem-se conceitos e procura-se estabelecer a sua raiz paradigmática. Ao mesmo tempo, procura-se compreender como práticas novas, advindas tanto da sociedade civil como da sociedade política, no campo do associativismo e das políticas pública, entroncam em processos de educação não formal. Trata-se de processos participativos em movimentos populares, ONGs e outras entidades civis (fundações, associações, cooperativas etc.), desafiados à promoção de uma educação cidadã, participativa e emancipatória.

Palavras-Chave: educação não formal; movimentos sociais; cidadania; participação.

Apresentação

O foco principal deste texto são processos de aprendizagens construídos em processos sociais coletivos, participativos, onde a aprendizagem não é gerada em estruturas formais de ensino escolar, mas sim no campo da educação não formal. Falar sobre aprendizagem e saber, fora das escolas do sistema regular de ensino de um país, implica em participar do amplo debate epistemológico sobre a produção de conhecimento no mundo contemporâneo. Este debate, no campo dos estudos sobre os processos participativos civis, a exemplo dos movimentos sociais, traduz-se frequentemente no reconhecimento dessas ações coletivas como produtoras de conhecimento (ou seja, o reconhecimento de que os movimentos sociais, e outros atores sociais como ONGs, entidades do terceiro setor, são produtores e agenciadores de saberes). Este debate se nutre da crítica feminista, dos estudos pós-coloniais, da pedagogia freireana e de aportes da tradição ensaística latino-americana das décadas de 1960 e 1970 que avançaram na definição de uma investigação da ação participativa. Contudo, não se restringe a essas correntes e revela a aposta estratégica de muitos atores sociais pela necessidade de lutar também no plano das ideias, dos discursos e na construção de um conhecimento de acordo com suas realidades, interesses e experiências.

¹ Fac. Educação/UNICAMP/Brasil- Pesquisadora CNPq

No Brasil, o citado debate data do final dos anos de 1980, crescendo ao longo de 1990, ficando conhecido como a década da crise do paradigma dominante da modernidade. Na atualidade, transformações societárias dadas pelas crises econômico-financeiras no mundo globalizado, as inovações socioculturais e as mudanças aceleradas no campo das tecnologias sociais e de comunicação, tem levado ao reconhecimento de uma transição paradigmática, e a crise do paradigma dominante já passou a ser uma agenda do passado. Uma premissa fundamental que une muitos analistas advindos de diferentes campos das ciências é a de que o conhecimento é uma ferramenta fundamental para orientar a existência e conduzir a humanidade na História. Para que se leve adiante a História, qualquer espécie de vida humana necessita de conhecimento, gerado pelo ato de investigação. O processo de pesquisa envolve uma atitude investigativa que gera aprendizagem e saber. E o saber é sempre resultado de uma construção histórica, realizada por sujeitos coletivos. Neste artigo, interessa-nos a construção desses saberes, advindo de sujeitos coletivos organizados na sociedade civil, com papel ativo no processo de produção de conhecimento. Para tal, breves considerações iniciais sobre o tema da participação social são necessárias.

Participação Social e Aprendizagens Coletivas

Pateman (1992), em seu livro *Participação e teoria democrática*, chama a atenção para o fato de que a participação gera atitudes de cooperação, integração e comprometimento com as decisões. Destaca o sentido educativo da participação, a qual, como prática educativa, forma cidadãos voltados para os interesses coletivos e para as questões da política. Os defensores da democracia participativa inovam com sua ênfase na ampliação dos espaços de atuação dos indivíduos para além da escolha dos governantes e inovam também ao destacar o caráter pedagógico da participação.

Os teóricos da democracia participativa defendem a tese de que há uma inter-relação entre os indivíduos e as instituições, uma vez que a participação tem uma função educativa e os indivíduos são afetados psicologicamente ao participarem do processo de tomada de decisão, o que só é possível a partir do momento em que eles passam a tomar parte nos assuntos públicos e a levar em consideração o interesse público. Enfim, essa teoria assinala a importância da experiência nos processos participativos.

A ideia é que a participação tende a aumentar à medida que o indivíduo participa, ela se constitui num processo de socialização e faz com que, quanto mais as pessoas participam, mais tendam a continuar neste caminho. Em outras palavras, é participando que o indivíduo se habilita à participação, no sentido pleno da palavra, que inclui o fato de tomar parte e ter parte no contexto onde estão inseridos. Ou seja: "quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo" (PATEMAN, 1992:61). Na democracia participativa há, portanto, uma exigência da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão em uma sociedade democrática, porque ela tem um caráter pedagógico no aprendizado das relações democráticas, contribuindo para a politização dos cidadãos, o que é importante para eles exercerem um controle sobre os governantes. A democracia participativa é um

modelo de democracia que incorpora e defende a participação da sociedade civil no interior dos Estados democráticos, que busca restabelecer o vínculo entre democracia e cidadania ativa. Certamente que estas premissas têm um caráter teórico; elas poderão não se realizar ou se alterar na prática caso haja a presença de processos de controle, manipulação e regulação da participação fundados em interesses de grupos, interesses particulares, formas clientelistas etc. Ou seja, o modelo participativo não é uma 'receita' que se aplica e gera dados resultados previsíveis. É um processo complexo, que precisa ser construído a partir de dadas intencionalidades e condicionalidades, de dadas premissas que coloquem os interesses públicos, dos cidadãos, e as carências efetivas existentes, como prioridades absolutas.

Entretanto, o fio condutor deste texto são as aprendizagens construídas no campo da participação social, por nós atribuída como campo da educação não formal. Interessa-nos saber como são construídos diferentes formas de participação do ponto de vista da pesquisa, e como é gerada a produção de conhecimento sobre um tema em tela, e não os métodos de mobilizar ou organizar a população para a participação-âmbito da política e não da pesquisa. Interessa-nos refletir sobre o processo pedagógico da participação, especialmente em ações coletivas organizadas em movimentos sociais, em processos que denominamos como campo da educação não formal.

Processo de aprendizagem e Formação dos Indivíduos

Sabemos que existem inúmeros educadores que formularam ensinamentos e criaram várias teorias sobre a aprendizagem. É um tema antigo, que remonta a Arte de Ensinar, da Antiguidade, passando pela Idade Média, tanto no Ocidente como no Oriente². Aquelas teorias estruturam-se dentro de paradigmas explicativos bastante

² Como exemplos citam-se: no pensamento pedagógico oriental: Lao-Tsé e o Talamude; na Grécia antiga: Sócrates, Platão e Aristóteles; na Roma antiga: Cícero e Quintiliano; na Idade Média: Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino; no Renascimento: Montaigne e a educação humanista, Lutero e a educação protestante, e os jesuítas. O pensamento pedagógico moderno advém com Comênio- ao elaborar nove princípios para uma educação realista, e J. Locke ao afirmar: tudo se aprende, não há idéias inatas. Durante o iluminismo destacaram-se: Rousseau (que preconizava que o homem nasce bom, é a sociedade que o perverte), Pestalozzi -que ligava natureza e educação popular; Herbart, que preconizava a prática da reflexão metódica, e a própria Revolução Francesa que criou um Plano Nacional de Educação. O século XIX trouxe o pensamento pedagógico positivista de: Spencer (conhecimento e valores), Durkheim (a sociologia e os fins da educação) e Whitehead (a educação deve ser útil). No século XX teve-se o pensamento pedagógico socialista de: Marx (a crítica da educação burguesa), Lênin (a defesa de uma nova escola pública), Makarenko (a pedagogia da vida do trabalho e Gramsci (a organização da escola e da cultura); a Escola Nova – Dewey (aprender fazendo-da educação tradicional à educação nova), Montessori (métodos ativos e individualização do ensino), Claparède (educação funcional e diferenciada), e Piaget (psicopedagogia e educação para a ação); o Pensamento Pedagógico Antiautoritário : Freinet (educação pelo trabalho e pedagogia do bom senso), Rogers (a educação centrada no estudante), Snyders (uma escola não autoritária) e outros. O Pensamento pedagógico crítico foi bastante desenvolvido por Bordieu e Passeron (a escola e a reprodução social), Baudelot-

diversificados, foram sendo construídas em diferentes momentos da História da humanidade, e influenciaram escolas, pensadores, analistas e a própria sociedade e o Estado. Na atualidade o debate sobre as teorias da aprendizagem voltaram à baila dada as mudanças provocadas pela globalização e seus efeitos sobre a sociedade e as políticas governamentais. Com o desenvolvimento tecnológico, a sociedade atua em rede e novos processos de aprendizado têm sido criados, reciclados ou clamados como necessários. Cada vez mais os organismos internacionais do campo educativo preconizam que os indivíduos devem estar continuamente aprendendo, que a escola formal apenas não basta, que se deve aprender a aprender. Os conteúdos rígidos dos currículos são questionados, novos saberes são descoberto-identificados/identificados fora das instituições escolares, fundamentais para o crescimento/desenvolvimento dos indivíduos enquanto seres humanos, assim como para o desempenho destes indivíduos no processo de trabalho em face às novas exigências do mundo globalizado.

Neste texto a aprendizagem é enfatizada como um dos fenômenos centrais na vida do ser humano. Não se trata de pensar apenas o ato de aprender, mecanicamente, como o fez por décadas a Pedagogia tradicional, ao se preocupar fundamentalmente com as didáticas do ensino, quando a aprendizagem era vista não como um processo, mas como um resultado, um ponto de chegada que poderia e deveria ser medido, aferido. O aprendizado "instrucionista" contido nos métodos tradicionais das escolas, ou nas estruturas mais antigas das chamadas educação por correspondência (baseada no exercício de manuais escritos) ou nas orientações da educação permanente (que preconizava a adição de conteúdos extraescolares para completar o que não se aprendia nas escolas), tem sofrido uma crítica demolidora. O debate atual sobre a aprendizagem situa-se num plano de horizontes e perspectivas, envolvendo, necessariamente, a questão da educação, da cultura e formação dos indivíduos (e não apenas preparação), das redes de compartilhamento e como se dá o próprio processo de conhecimento. Na educação não formal, foco central deste artigo, o contexto tem um papel de alta relevância porque ele é o cenário, o território de pertencimentos dos indivíduos e grupos envolvidos.

Também no sistema formal, escolar, inúmeros autores contemporâneos tem destacado a importância do contexto na aprendizagem, vista de forma processual. Fredric Litto (2011) assinala que o processo de aprendizagem envolve quatro elementos fundamentais: aquele que deseja aprender (o aluno), o conhecimento em si (ideias, conceitos etc.), quem organiza o conhecimento para a aprendizagem (professor, instrutor etc.) e o contexto ou a situação na qual a aprendizagem ocorrerá

Establet (a escola dividida) e Giroux (a teoria da resistência e da pedagogia radical). O Humanismo continuou presente no pensamento de vários desses autores assim como em Furtier, preocupado com a educação de nosso tempo. Existe ainda um Pensamento pedagógico latino-americano e o brasileiro onde se destacam as figuras de Fernando de Azevedo (projeto liberal para a educação), Anísio Teixeira (uma nova filosofia da educação), Paulo Freire (a Pedagogia do Oprimido), Ruben Alves (o prazer na escola), Maurício Tragtenberg (a educação libertária) e muitos outros. (Sobre a História da Educação ver, entre outros, Moacir Gadotti, 1993. História das Ideias Pedagógicas, São Paulo, Ed. Àtica).

(sala de aula ou situações flexíveis com tempo e local próprio para cada aluno, a exemplo da educação a distância) (LITTO, 2011, p. 15).

Em síntese, adota-se neste texto uma perspectiva de aprendizagem como sendo um processo de formação humana, criativo e de aquisição de saberes e certas habilidades que não se limitam ao adestramento de procedimentos contidos em normas instrucionais, como em algumas abordagens simplificadoras na atualidade. Certamente que em alguns casos há a incorporação ou a necessidade de desenvolver alguma habilidade ou grau de "instrumentalidade técnica", não como principal objetivo e nem o fim último do processo. E mais do que isso: o conteúdo apreendido nunca é exatamente o mesmo do transmitido por algum ser ou meio/instrumento tecnológico porque os indivíduos reelaboram o que recebem segundo sua cultura. Thompson (1982) atenta-nos para este aspecto quando fala do processo reflexivo da aprendizagem, da reconstrução contínua da cultura no fazer humano. É fazendo que se aprende. A experiência tem papel importante. Cultura para nós é um processo vivo e dinâmico, fruto de interações onde são construídos valores, modos de percepção do mundo, normas comportamentais e de conduta social, uma moral e uma ética no agir humano. O meio sociocultural onde se vive e a classe social a que pertence fazem parte da construção da cultura dos indivíduos. Ou seja, o que tencionamos deixar claro é que não existem conteúdos "chapados", absorvidos acriticamente, de fora para dentro. Sempre há recriação, reelaboração interna, mental, de tal forma que o que foi aprendido é retraduzido por novos códigos, de dentro para fora, e ao se expressar como linguagem ou comportamento, é um conhecimento elaborado. Há, portanto, um grau relativo de autonomia do sujeito que aprende. E o que os analistas denominam "reconstrutivismo". (Demo, 2001). Ao contrário do ensino, que se esforça por repassar certezas que são reconfirmadas na prova, a aprendizagem busca a necessária flexibilidade diante de uma realidade apenas relativamente formalizada, valorizando o contexto do erro e da dúvida. "Pois quem não erra, nem duvida, não pode aprender". (Demo, 2001:9).

A tarefa seguinte à clarificação do que entendemos por este processo reflexivo, que advém do social porque é gerado na interação e compartilhamento de processos coletivos, mas que se relaciona também com o plano das estruturas mentais dos indivíduos, no intercruzamento entre culturas existentes e culturas adquiridas, é tratarmos de nosso objetivo principal: a educação não formal. A cultura sociopolítica e cultural de um indivíduo, sua mentalidade, é construída por reelaborações contínuas, confrontações, resultando em ressignificações de conteúdos e produção de saberes, quase que num processo de autoaprendizagem. Para nós, o campo deste processo é o da educação não formal. Portanto, a educação não formal está na ordem do dia e nos auxilia na compreensão dos processos de aprendizagem.

Educação Não Formal

Um dos grandes desafios da educação não-formal tem sido defini-la, caracterizando-a pelo que ela é. Usualmente ela é definida pela negatividade -pelo que ela não é. Para chegar ao conceito que construímos, vamos demarcar os sentidos e significados que lhe tem sido atribuído, e as polêmicas que têm gerado. A posição

mais usual é que a contrapõe a educação não-formal à educação formal/ educação escolar. Quando tratamos da educação não formal, a comparação com a educação formal é quase que automática. O termo não-formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigo; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Poderá ter ou não intencionalidades (por exemplo, educar segundo os preceitos de uma dada religião é uma intencionalidade). A grande diferença da educação não formal para a informal é que na primeira há uma intencionalidade na ação: os indivíduos tem uma vontade, tomam uma decisão de realizá-la, e buscam os caminhos e procedimentos para tal. Poderá encontrá-los em meios coletivos ou individuais (para outras características da Educação Não-Formal ver Gohn, 2010a).

A educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. Nossa concepção de educação não formal articula-se ao campo da educação cidadã – a qual no contexto escolar pressupõe a democratização da gestão e do acesso à escola, assim como a democratização do conhecimento. Na educação não-formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s).

Chegamos, portanto ao conceito que adotamos para educação não-formal. É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. A educação não-formal, não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado. O aprendizado gerado e compartilhado na educação não-formal não é espontâneo porque os processos que o produz têm intencionalidades e propostas.

A educação não formal é uma área que o senso comum e a mídia usualmente não tratam como educação por não se referir a processos escolarizáveis ou que ocorram dentro de uma escola – representação dominante no senso comum sobre a educação. Ela designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas

coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. São processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações coletivas, podem ser organizadas segundo eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, etc.

As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGs nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, educação e cultura. A música tem sido, por suas características de ser uma linguagem universal, e de atrair a atenção de todas as faixas etárias, o grande espaço de desenvolvimento de programas e projetos da educação não formal (vide Daniel Gohn, 2003 e 2011). E as práticas não-formais desenvolvem-se também no exercício de participação, nas formas colegiadas e conselhos gestores institucionalizados de representantes da sociedade civil.

O uso do termo educação não formal se espalhou no Brasil a partir dos anos 2000. Inúmeras ONGs, e entidades do chamado sistema S: SENAC (Serviço Nacional do Comércio), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAI (Serviço Social da Indústria) e SENAT (Serviço Nacional dos Transportes), desenvolvem trabalhos na área social adotando a terminologia educação não formal. Ela está nas suas práticas, nos programas, bem como em programas de conglomerados financeiros como o Instituto Itaú Cultural. Algumas das análises dos projetos sociais desenvolvidos nestes espaços e instituições relatam que o público é formado por jovens e adolescentes que também estão na escola formal, mas lá não tem horário e nem condição de desenvolver uma série de projetos, como na área de informática, da música e do esporte. Assim, as entidades, por meio de convênios e parcerias, acabam desenvolvendo os projetos sociais em conjunto com as escolas.

Determinadas empresas – relacionadas ao terceiro setor e que desenvolvem programação para a área social, também trabalham com educação não formal junto a comunidades variadas, especialmente em situação de vulnerabilidade social, associada à promoção da cidadania, inclusão social etc. Destaco, entretanto, que o uso da terminologia por muitas destas empresas produz um reducionismo de seu sentido e significado à medida que educação não formal passa a ser associado a programa e projeto social para comunidades carentes. Não é este o sentido que atribuímos ao termo, ainda que se reconheça estar entre estas comunidades o público maior alvo dos projetos sociais. Para nós, educação não formal não é sinônimo de programação para pobre. Para nós é formação do ser humano em geral, é conquista, é direito social de todos (as).

Acho que se deve olhar para as possibilidades da educação não formal, até para resolver e potencializar a educação formal. Às vezes me perguntam “as coisas que preconizo para a educação não formal, a escola formal não deveria fornecer?”. E eu respondo. Sim, formar para a cidadania está na Lei maior da educação nacional brasileira, na LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Mas a educação formal tem atributos próprios e específicos, oxalá possa cuidar bem deles tais como, em

alfabetizar bem, apreender o básico sobre a arte da matemática, dar acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade etc. Tudo isso é formar o cidadão, portanto jamais um cidadão se forma apenas com a educação não formal. Mas justamente a forma como está estruturada a educação formal, burocratizada e normatizada, com dificuldade de flexibilidade nas agendas, resulta em dificuldades no processo formativo. O profissional que vai trabalhar na escola hoje é extremamente carente de vários recursos, materiais ou na sua formação. Não adianta falar que se têm livros na biblioteca e computador na escola se o professor não sabe usá-los, ou não há manutenção técnica, ou não há tempo previsto para tal no calendário de atividades. Os programas e projetos da educação não formal devem cruzar, atuar e potencializar a educação formal, não como mera complementação mas como diretriz estruturante. Para isso, precisa que haja uma compreensão por parte dos gestores das políticas públicas, sobre a necessidade da articulação do formal com o não formal. Problemas como o da violência, *bullying*, e drogas, como devem ser trabalhados? Nas escolas, apenas a partir das estruturas curriculares que temos, sem trabalhar com educação não formal, eu não vejo saída.

Concluimos que a educação não formal é uma ferramenta importante no processo de formação e construção da cidadania das pessoas, em qualquer nível social ou de escolaridade, destacando, entretanto, sua relevância no campo da juventude. Pelo fato de ser menos estruturada e mais flexível, consegue atingir a atenção e o imaginário dos jovens. Quando é acionada em processos sociais desenvolvidos em comunidades carentes socioeconomicamente, ela possibilita processos de inclusão social via o resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expressa na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores. Quando presente na fase de escolarização básica de crianças, jovens/adolescentes ou adultos, como pode ser observado em vários movimentos e projetos sociais citados, ela potencializa o processo de aprendizagem, complementando-o com outras dimensões que não têm espaço nas estruturas curriculares. Ela não substitui a escola, não é mero coadjuvante para simplesmente ocupar os alunos fora do período escolar – chamada por alguns de escola integral. A educação não formal tem seu próprio espaço-formar cidadão, em qualquer idade, classe socioeconômica, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc., para o mundo da vida. Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como *modus vivendis*, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política.

Isto posto, voltamos à aprendizagem nos processos não formais, característicos dos processos associativos. A maioria dos pensadores clássicos e contemporâneos da educação a situam em contraposição à escola, à educação formal. Alguns a defendem como um mecanismo complementar, onde o aluno obteria um aprofundamento ou um panorama complementar daquilo que aprendeu na escola. Outros veem a aprendizagem não formal como um processo mais eficaz que a escola e a defendem porque é o melhor caminho. A escola seria um espaço reprodutor/domesticador e "a maioria das pessoas adquire a maior parte de seus conhecimentos fora da escola" [...] A maior parte da aprendizagem ocorre casualmente e, mesmo, a maior parte da aprendizagem intencional não é resultado de uma instrução programada" (Ivan Illich, 1973, *Sociedade sem escolas*, apud in Gadotti, 1993:298).

Objetivamos situar a aprendizagem nos sistemas não formais como um processo sociocultural e político, inerente ao ser humano. Portanto não tencionamos vê-la em contraponto à escola ou ao sistema escolar, e nem como mera complementação de atividades no contra turno escolar.

Aprendizagens Não Formais nos Movimentos, ONGs e outras redes civis associativas.

No Brasil, nas duas últimas décadas ocorreu a proliferação de práticas novas, advindas tanto da sociedade civil como da sociedade política, no campo do associativismo e das políticas públicas. Trata-se de processos participativos em movimentos populares, ONGs e outras entidades civis (fundações, associações, cooperativas etc.), com objetivos diversos, criadas a partir da sociedade civil. Na sociedade política tem ocorrido à criação ou implementação de novos canais de participação social, geradores de novas formas de sociabilidade e de fazer política - são os conselhos, câmaras e fóruns que atuam na esfera pública, articulando representantes da sociedade e dos organismos estatais na gestão de bens públicos. Com isso tem ocorrido uma ampliação dos sujeitos sociopolíticos na cena pública e o estabelecimento de formas novas de relações sociais denominadas genericamente como "parcerias".

Os movimentos sociais passaram a atuar em rede e em parceria com outros atores sociais, dentro dos marcos da institucionalidade existente e não mais à margem do Estado, somente no interior da sociedade civil, como no período anterior, no regime militar. A nova fase gerou práticas novas, exigiu a qualificação dos militantes; ONGs e movimentos redefiniram seus laços e relações. No urbano os movimentos com matizes político-partidárias fortes se enfraqueceram, fortaleceram-se os movimentos com perfil de demandas mais universais, mais plurais em termos de composição social- como os ecologistas e pela paz. Entretanto, a crise econômico-financeira internacional pós 2008, novas modalidades de movimentos sociais estão surgindo, como os Movimentos dos Indignados, de caráter transnacional, presentes com forte expressão na Europa, e ainda incipientes no Brasil no início desta nova década.

O exercício de novas práticas associativistas trouxe também um conhecimento mais aprofundado sobre a política estatal, sobre os governos e suas máquinas. Demandas pela ética na política e uma nova concepção de esfera pública foram um dos saldos dessa aprendizagem. O associativismo alterou-se, assim como a forma dos governos relacionarem-se com os grupos e movimentos organizados. Participação e controle social passaram a ser diretrizes e normativas, regulamentadas por leis e programas sociais. Tornaram políticas públicas, em alguns casos, buscam transformarem-se em políticas de governo. Uma intrincada arquitetura foi desenhada para redirecionar ou pautar formas de tratamento às questões sociais. Estes processos estruturam-se nos gabinetes, sai para as localidades e lugares organizativos. Tem agenda e calendário de discussões. Culminam com grandes conferências nacionais, realizadas usualmente na capital federal, em lugares simbólicos. Demandam acesso às informações, poder deliberativo e formação para entender as linguagens da burocracia. Registre-se, entretanto que estamos falando de processos sociais, interações e relações sociais contínuas que geram mudanças de posições dos sujeitos

em cena, possibilidades de novas oportunidades políticas. Relembramos as observações de Pateman (1994) relativas ao caráter pedagógico da participação.

A educação não formal poderá ocorrer tanto em espaços urbanos como rurais; tanto em espaços institucionalizados (no interior de um conselho gestor, por exemplo), como no interior de um movimento social, entre aqueles que lá estão participando e reivindicando, e vão aprender algo sobre um dado tema – quem são os opositores, os encaminhamentos necessários; como poderá ocorrer ainda em outros espaços sociopolíticos, como nas ONGs, nos museus, etc. Ou seja, a educação não formal é um processo de aprendizagem, não uma estrutura simbólica edificada e corporificada em um prédio ou numa instituição; ela ocorre via o diálogo tematizado. Na gestão de uma política social, em um espaço público, ao trabalhar com democracia deliberativa compartilhada, em que se juntam representantes do poder público com representantes da sociedade civil organizada, o exercício da educação não formal é uma possibilidade real. Entretanto, o caráter desta participação, se emancipatória ou integradora, vai depender da qualidade das relações e interações desenvolvidas, do projeto político dos grupos em ação.

Os movimentos sociais foram pioneiros na utilização dos processos de educação não formal, anteriores aos programas e projetos sociais das ONGs, que são dos anos de 1990 para cá. Já nos anos de 1970 e parte de 1980, quando tínhamos movimentos ligados às pastorais religiosas, ou às comunidades eclesiais de base, a educação não formal estava presente, por exemplo, na aprendizagem para se fazer leituras do mundo. Reunia-se a comunidade em círculo no salão paroquial para discutir como eles recebiam os salários e como se distribuíam esses salários. O objetivo era que os participantes tivessem uma compreensão do momento histórico que viviam, do regime político vigente e do modelo econômico que regulamentava o sistema econômico. Analisava-se se a população estava sendo explorada ou não. Isso levou à formação do Movimento do Custo de Vida, que teve papel muito importante na luta contra o Regime Militar, porque com ele se recolheu milhares de assinaturas que davam respaldo a um manifesto contra a situação econômica vigente. Esta ação culminou com a elaboração de uma carta ao então presidente da República, um militar, aglutinando vários outros movimentos sociais. Ou seja, nessa trajetória havia uma intencionalidade, com objetivos, práticas. Naquela época se utilizava muito cartilhas com desenhos e ilustrações para as ações educativas, nos processos de aprendizagem e produção dos saberes, porque grande parte da população era analfabeta. A educação não formal operacionalizava-se em discussões e representações teatrais. A parte da cultura entrava via áreas das artes, tais como a dança, o teatro, a música de protesto. Tudo isso atuava como forma educativa, no campo da educação não formal. Hoje, com o desenvolvimento tecnológico, não se usa mais as cartilhas, assim como os estudantes não escrevem tanto nos muros para protestar, são os blogs e as comunicações via internet que acabam tendo esse papel de mediação e interlocução entre os movimentos sociais.

Como exemplo de processo de aprendizagem via a educação não formal e os movimentos sociais, citamos o movimento das mulheres. Muita coisa foi construída e publicada a respeito do lugar da mulher na sociedade nas últimas décadas, o respeito a seus direitos e a retirada da invisibilidade em que ela sempre esteve. Foi um caminho

longo de lutas e conquistas. No Brasil, isso se reflete em leis publicadas como a Lei Maria da Penha, (de combate à violência contra as mulheres), políticas públicas e também em uma nova cultura política aonde há valores que, progressivamente, foram se consolidando na sociedade dentro de novas visões. Quando a lei Maria da Penha surgiu, ninguém sabia o que era e, depois, foi se formando um acervo de conhecimento e material a respeito. Os movimentos de mulheres passaram a trabalhar o tema da lei em cartilhas, vídeos e palestras, tanto em escala local como na escala nacional. Tudo isso é educação não formal. Cito o caso de movimentos das mulheres, mas poderia citar também outros, como o dos portadores de necessidades especiais, responsável por várias conquistas e políticas destinadas a tais pessoas, para que se tornem sujeitos e deixem de serem invisíveis, ocultos na sociedade. São todos processos sociais, construções nas quais a educação não formal é o eixo articulatório básico. Outros exemplos são as organizações não governamentais, as ONGs, grande celeiro das práticas de educação não formal na atualidade, especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento de projetos sociais, com grupos socioeconômicos em situação de vulnerabilidade.

As câmaras, fóruns, conselhos e outras instâncias normatizadas também exercitam a educação não formal, porque promovem a interação entre a sociedade civil e a sociedade política, necessitando do exercício de práticas cidadãs para que a interação se realize. Uma escola, por exemplo, tem que ter o conselho para a alimentação, em que está presente a representação de pais, da comunidade, dos dirigentes, etc., pois, sem conselho, a escola não vai receber as verbas para o alimento. É obrigatório. Há práticas de educação não formal neste tipo de participação.

Com a globalização, as fronteiras nacionais têm limites tênues. Com o desenvolvimento dos novos meios de comunicação, temos as ações e mobilizações de movimentos transnacionais, que são coisas novas deste século e que estão trazendo elementos para compreender a educação não formal. Quando se fala, por exemplo, sobre a questão dos povos indígenas. A divisão deles enquanto povo não se limita à divisão geográfica de um país. A educação não formal constrói no plano simbólico e ajuda a entender o alargamento das fronteiras ao introduzir a questão do transnacional. Além disso, os povos indígenas possuem espaços e tempos educativos diferenciados dos quais participam a pessoa, a família tribal, a comunidade e o povo ou nação indígena a que pertencem. Deste modo, uma pedagogia a ser desenvolvida, para um grupo ou junto a um movimento dos indígenas, deve considerar que a educação é assumida como responsabilidade coletiva, e não como ato de ensinar com interlocutores isolados.

A educação não formal é fundamental na atualidade em vários campos e setores. Por exemplo, na questão dos afrodescendentes, ela está presente em projetos como Prouni, de inclusão social de pessoas de origem afro ou indígenas. Também na economia, a exemplo da economia solidária e a questão dos projetos educativos nas iniciativas de produção e sustentabilidade da comunidade. Essa microeconomia é vista, usualmente, como estratégia de sobrevivência e as coisas não se articulam bem porque os aspectos educativos nunca são mencionados. Acredito que eles possam dar uma ressonância maior, uma compreensão maior das relações e processos envolvidos.

No plano da sociedade, nos meios de comunicação, quando um canal de TV ou um jornal, por exemplo, apresentam projetos sociais, vemos um recorte que dá ênfase ao indivíduo isolado, como um herói que venceu na vida. O caráter educativo, do processo social implícito, fica diminuído à medida que, ao invés de contar processos, como um grupo que se articulou para implementar algo, relata-se a história de personagens individuais, caindo nessa banalização que a mídia faz hoje ao só focar os “*pop stars*” e suas banalidades, não se interessando pelos reais problemas do conjunto da população. A mídia podia trabalhar a questão da conscientização para a cidadania, mas não o faz. Na sociedade mais ampla, se existir a oportunidade de explicar, as pessoas concordam que educação não formal é muito importante, mas não existe uma consciência sobre o assunto, um reconhecimento, uma visão sobre como operacionaliza-la. Ela é relativamente nova, na sua dimensão educativa, para ser pensada como algo que se relaciona com a educação. Até hoje, há pessoas e escolas que têm muita resistência à educação não formal, que acham que é coisa das ONGs, e que são projetos que viriam para acabar e diminuir com o poder das escolas, da educação formal. Não tencionamos vê-la em contraponto à escola ou ao sistema escolar; tampouco vê-la como simples complemento/reforço das atividades escolares. A educação não formal tem natureza, campo e especificidade próprios.

Aprendizagens e Saberes Coletivos na Contemporaneidade

No mundo atual capitalista ocidental, veloz e de vivências fugazes, ávido de novidades, sempre pressionando os indivíduos a produzirem mais, em menos tempo, e com maior intensidade; centrado na busca de resultados, novidades e saberes superficiais sobre tudo, os processos de autoaprendizagem são respostas para atender necessidades e anseios. O mercado-focalizado apenas em lucros tende a estimular o "consumo" de negócios envolvendo a autoaprendizagem. Não raro assume a forma de "autoajuda". Mas há fatos novos em desenvolvimento na sociedade capitalista ocidental que estão fazendo com que novos olhares sobre a vida e as relações humanas surjam e se fortaleçam. Trata-se do sonho de um novo modelo civilizatório centrado em valores éticos e humanitários. Nesses casos, as aprendizagens não formais tem sido a estrada principal a pavimentar esta via. E o campo da cultura é o palco por excelência. Não basta aspirar algo, é preciso vivenciá-lo. E para isso precisa-se de: auto-organização, planos e estratégias de aprendizagem e autoaprendizagem. Não há escolas centradas exclusivamente nesses valores. Como o novo modelo exige mais que valores, é preciso adotar práticas ativas, construtivas. Não basta ficar lendo eternamente sobre as obras de arte, é preciso vê-las, contemplá-las. É preciso aprendizagem sociocultural para compreender esta nova experiência de vivenciamento do sonho, da vontade, do desejo. . Isso tudo leva a rediscussão do paradigma emancipatório e as reais possibilidades da participação da sociedade civil na construção de novos horizontes societários, que fujam do dilema- integração às redes clientelísticas tradicionais ou barbárie (o medo, o terrorismo, a violência). Com isto, tendo como referência todas as pontuações que demarcamos neste texto sobre as possibilidades da educação não formal, pode-se indagar : qual o horizonte das lutas geracionais, sociais, das mulheres, dos afro-descendentes, e muitas outras, sob a perspectiva do paradigma emancipatório? Qual o horizonte de movimentos como o

Fórum Social Mundial, os Indignados da Espanha, os manifestantes do Ocupe Wall Street, as Marchas contra a Corrupção no Brasil e outros territórios? Que aprendizagens estes movimentos e ações civis têm gerado?

Conclusões

A concepção que temos da educação não formal parte do suposto que a educação propriamente dita é um conjunto, uma somatória que inclui a articulação entre educação formal – aquela recebida na escola via matérias e disciplinas, normatizada –, a educação informal – que é aquela que os indivíduos assimilam pelo local onde nasce, pela família, religião que professam, por meio do pertencimento, região, território, classe social da família – e a não formal tem um campo próprio, embora possa se articular com as duas. A não formal são os saberes e aprendizados gerados ao longo da vida, principalmente em experiências via a participação social, cultural ou política em determinados processos de aprendizagens, tais como em projetos sociais, movimentos sociais etc. Há sempre uma intencionalidade nestes processos. A educação não formal contribui para a produção do saber na medida em que ela atua no campo que os indivíduos atuam como cidadãos. Ela aglutina ideias e saberes produzido via o compartilhamento de experiências, produz conhecimento pela reflexão, faz o cruzamento entre saberes herdado e saberes novos adquiridos. Trata-se de um processo sociocultural e histórico que ocorre de modos distintos e por meio de pedagogias e mecanismos próprios em cada cultura.

A educação não-formal não tem o caráter formal dos processos escolares, normatizados por instituições superiores oficiais e certificadores de titularidades. Difere da educação formal porque essa última possui uma legislação nacional que normatiza critérios e procedimentos específicos. A educação não formal lida com outra lógica nas categorias espaço e tempo, dada pelo fato de não ter um *currículum* definido *a priori*, quer quanto aos conteúdos, temas ou habilidades a serem trabalhadas.

Para que se delineie um programa de articulação da educação não formal com a formal, sob a perspectiva emancipatória e com uma amplitude maior, ele não pode ser pontual ou experimental, só para algumas escolas; deve ter diretrizes mais gerais. Se não for assim, acaba caindo no aspecto que tratei acima, o de uma educação para suprir algumas coisas que o ensino formal não está fazendo. Quando se fica nesse parâmetro de simplesmente complementar, é um arranjo apenas. O caminho para a educação não formal se consolidar é, em primeiro lugar, ter reconhecimento, ultrapassando essa ideia de complementação, de ser um ajuste – embora, na situação atual da conjuntura brasileira, já fosse um avanço realizar bem essa complementação.

A educação não formal tem um espaço próprio, a questão da formação da cidadania, de uma cultura cidadã, da emancipação, da humanização. A questão da cidadania não se restringe ao ato de votar. A educação não formal ultrapassa os processos de escolarização, tem a ver com o comportamento dos indivíduos em diferentes espaços da vida. Ainda falta muito para se atingir efetivamente seus objetivos e se transformar em programas de formação dos cidadãos (as).

A educação não formal ainda não está bem consolidada, não é um conceito, mas todas as categorias e conceitos se estabelecem em um campo de disputas pelo significado e demarcação do campo de atuação. Hoje, observamos no Brasil o discurso da “educação permanente” e da “educação integral”. Ou seja, por detrás de cada uma dessas terminologias, certamente há autores referenciais, há uma forma de ver o mundo, uma forma de conceber o processo de mudança e transformação social, e como a educação se insere nestas visões. À medida que ficam mais claras essas construções, serão mais saudáveis os debates e os embates sobre essas formulações. Infelizmente, certos autores têm concepções místicas ou ortodoxas, defendem determinada forma e não querem saber de outra. É preciso um debate mais aberto, com os pensamentos da educação não formal, as diretrizes, as possibilidades e operacionalidades.

Referências

- AFONSO, A. J. (1989), Sociologia da educação não formal. Reactualizar um objeto ou construir uma nova problemática? In: A. J. Esteves; S. R. Stoer. *A Sociologia na escola*. Porto: Afrontamento.
- ARAÚJO, Helena Maria Marques (2006), Memória e produção de saberes em espaços educativos não formais. Usos do Passado. In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Rio de Janeiro.
- ARROYO, Miguel, (2009). *Ofício de mestre: imagens e auto imagens*. Petrópolis, Vozes.
- COLL, C. (1999), Educação, escola e comunidade: na busca de um compromisso. In: Comunidade e escola: a integração necessária. *Pátio – Revista Pedagógica*, Porto Alegre, Artes Médicas, ano 3, n.10, p. 8-12.
- CORTELA, Mário Sérgio (2006), *Contribuições da educação não-formal para a construção da cidadania*. São Paulo: Instituto Itaú Cultural.
- BAUMAN, Z. (2001), *Community*. Cambridge: Polity.
- DEMO, Pedro (2001), *Cidadania pequena*, Campinas, Edit.Autores Associados.
- FURTER, Pierre (1976), *Educação e reflexão*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- FREIRE, P. (1980), *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GADOTTI, Moacir (2005), *A Questão da educação formal/não-formal*. Sion: Suisse Institut International des Droits de l’enfant-IDE.
- _____ (1993), *História das Idéias Pedagógicas*, São Paulo, Ed. Àtica.
- GENTILI, Pablo (2011), *Pedagogia de la igualdad- ensayos contra la educación excluyente*. B Aires, Clacso/Siglo XXI.
- GOHN, Daniel (2003), *Autoaprendizagem musical*. São Paulo: Annablume.
- _____ (2011), *Educação Musical a Distância*. São Paulo: Ed. Cortez.
- GOHN, Maria da Glória (2013a), *Educação Não Formal e o Educador Social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Ed.
- _____ (2013b), *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- _____ (2013c), *História dos Movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*. 7ed. São Paulo: Loyola.
- _____ (2012a). *Movimentos sociais e educação*. 8. ed. São Paulo: Cortez.
- _____ (2013b), *Sociologia dos Movimentos Sociais*. 1ª ed. São Paulo, Cortez.

- _____ (2012c) *Novas teorias dos movimentos sociais*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- _____ (2011a) *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9ª Ed. São Paulo. Ed. Loyola.
- _____ (2011b), *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Loyola.
- _____ (2011 c), *Educação não formal e cultura política*. 5. ed. São Paulo: Cortez,
- _____ (2010), *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2008), *O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias*. 2ª Ed., São Paulo: Cortez.
- _____ (2007), *Não Fronteiras: universos da Educação não formal*. São Paulo: Itau Cultural.
- _____ (2006), Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Revista Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, v. 14, n. 50, p. 17-38, jan./mar.
- GOLDMANN, L. (1972), *A criação cultural na sociedade moderna*. SP, Difusão Européia do Livro.
- GROPPO, Luís A. (2006), “O princípio sócio-comunitário e a integração sistêmica na educação: algumas considerações”. *Revista de Ciências da Educação, Americana*, Centro Unisal, ano 08, n. 14, p. 131-149.
- HONNETH, A. (2003), *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo.
- JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho, (2008), Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. *Revista Em extensão*, Uberlândia, v. 7, p. 55 a 66.
- LANDIM, Leilah (org.) (1998), *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência*. Rio de Janeiro: NAU.
- PATEMAN, Carole (1992), *Participação e teoria democrática*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- POSTER, Cyril; ZIMMER, Jurgen (1995), *Educação comunitária no terceiro mundo*. Campinas: Papirus.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2000), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1995), A construção multicultural da igualdade e da diferença. In *Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia*, Rio de Janeiro.
- SIRVENT, Maria Teresa; et al. (2006), Revisión Del concepto de Educación No Formal. *Cuadernos de Cátedra*, B. Aires, UBA.
- SENNET, R. (1999), *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- SILVA, Pedro, (2003), *Escola - família, uma relação armadilhada*. Interculturalidade e relações de poder. Porto: Afrontamento.
- STEPHANOU, Luis; MULLER, Lúcia H; CARVALHO, Isabel C. M. (2003), *Guia para a elaboração de projetos sociais*. São Leopoldo: Sinodal, Fundação Luterana de Diaconia.
- VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (2007), Educação não-formal: um conceito em movimento. In: Rumos

Itaú Cultural (org.). *Visões singulares, conversas plurais*. São Paulo: Itaú Cultural, v. 3, p. 13-42.

_____ (orgs.) (2001), *Educação Não-Formal*. Cenários da criação. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

UNESCO e PICPEMCE (1988), *Guia para el mejoramiento de la producción de materiales para la educación formal y no formal*. Santiago do Chile: Unesco/Orealc.

THOMPSON, E. P. (1984), *Tradición, revuelta y consciência de clase*. Barcelona, Editorial Crítica.

TORRES, C. A. (1992), *A política da educação não formal na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRILLA, Jaume (1993), *La educación fuera de la escuela - Ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Editorial Ariel.

_____ (1992), "El sistema de educación no formal: definición, conceptos básicos y ámbitos de aplicación. In: SARRAMONA, J. (org.). *La educación no formal*. Barcelona: CEAC, p. 9-50.

_____ (2008), "A educação não-formal". In: GHANEM, Elie; TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria A. *Educação formal e Não-Formal*. São Paulo: Ed. Summus, p. 15-58.

VIDAL, Jussara (2009), Um diálogo entre a política cultural e a educação não-formal: contribuições para o processo de constituição da cidadania das pessoas com deficiência. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

WANDERLEY, L. E. (2010), *Educação popular, metamorfoses e veredas*. Cortez.